
PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0001900-62.2011.2.00.0000

Requerentes: Conselho Superior da Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 3ª Região (MG)

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

**PARECER DE MÉRITO SOBRE
ANTEPROJETO DE LEI DE CRIAÇÃO DE
VARAS DO TRABALHO E CARGOS NO
ÂMBITO DO TRT DA 3ª REGIÃO -
ACOLHIMENTO PARCIAL.**

1. A Constituição Federal (art. 169), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00, art. 16), a Lei 6.947/81 (art. 1º, parágrafo único) e a Resolução 63 do CSJT (art. 9º, parágrafo único) estabelecem as balizas para o aumento de órgãos jurisdicionais e criação de cargos no âmbito da Justiça do Trabalho, tendo como parâmetro objetivo a demanda anual superior a 1.500 reclamações por Vara do Trabalho.

2. O critério específico da Justiça do Trabalho deve-se a característica distintiva deste ramo especializado do Judiciário brasileiro, concernente à cumulação objetiva de pedidos nas reclamações trabalhistas, em que uma ação não é uma, mas 5, 10 ou 15, pois os pedidos são todos cumulados quando o trabalhador vem a juízo. E cada pedido supõe discussão jurídica e fática, o que não ocorre, v.g., na Justiça Federal, na qual, na maioria dos casos, a cada ação corresponde apenas um pedido e o que se discute é apenas a tese jurídica, a qual, uma vez definida, pode ser reproduzida nas demais ações sobre a mesma matéria.

3. Daí que, para a Justiça Federal e no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, foi possível adotar, como fator redutor de processos e critério de seleção de recurso, a Lei dos Recursos Repetitivos (Lei 11.672/08), em que a solução dada a um pode ser aplicada a todos os que tratam do mesmo tema, inclusive pelas instâncias inferiores. Tal expediente é incompatível com o Processo do Trabalho, uma vez que, em cada recurso, por serem veiculadas diversas matérias diferentes, a preparação das decisões chega a ser artesanal, comparada à linha de produção da Justiça Federal.

4. Já defendemos a necessidade de que, em relação à Justiça do Trabalho, as estatísticas sejam aperfeiçoadas, para se registrar também o número de pedidos de cada ação, de forma a se ter uma idéia mais precisa do labor desenvolvido para análise de cada feito trabalhista.

5. Portanto, critérios estatísticos lineares para ponderação quanto à necessidade de ampliação de órgãos jurisdicionais para todos os ramos do Poder Judiciário são inadmissíveis, por nivelarem situações díspares e singulares. Se os critérios legais específicos da Justiça do Trabalho não são mais aceitáveis – com o que não concordamos –, mude-se a lei, mas enquanto vigente, é o parâmetro a ser observado.

6. No caso concreto, sendo mitigados os parâmetros da Resolução 63 do CSJT, fez-se juízo de ponderação e razoabilidade, segundo o grau de necessidade inadiável do Tribunal, em face do crescimento da demanda processual, da dificuldade de acesso da população em locais de aumento da atividade econômica, e não comprometimento do desempenho satisfatório da Justiça do Trabalho se não contar com a criação do mínimo de cargos que se fazem necessários.

7. Assim, no caso do TRT da 3ª Região (MG), o parecer deste Conselho respalda a criação de 21 Varas do Trabalho distribuídas 1 em Alfenas, 1 em Araguari, 8 em Belo Horizonte, 1 em Betim, 1 em Contagem, 1 em Formiga, 1 em Itabira, 1 em Ituiutaba, 1 em Iturama, 1 em Pouso Alegre, 1 em Sete Lagoas, 1 em Uberaba, 1 em Uberlândia e 1 em Viçosa, com a respectiva criação de 21 cargos de Juiz do Trabalho, 177 cargos de Analista Judiciário, 51 cargos de Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados, 88 cargos de Técnico Judiciário e 21 cargos em comissão CJ-3.

Parecer parcialmente favorável.

RELATÓRIO

Peço vênia para transcrever o minucioso relatório do Relator originário, Cons. **José Adônis Callou de Araújo Sá:**

“O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em razão da decisão tomada pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, encaminha a este Conselho Nacional de Justiça proposta de anteprojeto de lei para criação de varas e cargos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Processo TST-PA-48321-95.2010.5.80.0000).

*A proposta trata da criação de 35 (trinta e cinco) Varas do Trabalho, a serem localizadas nas seguintes cidades: 1 em Alfenas, 1 em Araguari, 10 em Belo Horizonte, 2 em Betim, 1 em Bom Despacho, 3 em Contagem, 1 em Divinópolis, 1 em Formiga, 1 em Itabira, 1 em Ituiutaba, 1 em Iturama, 2 em Juiz de Fora, 2 em Montes Claros, 1 em Nova Lima, 1 em Pouso Alegre, 1 em Sete Lagoas, 2 em Uberaba, 2 em Uberlândia e 1 em Viçosa. A proposta também **acrescenta no quadro de magistrados e servidores** os seguintes cargos: 35 Juizes do Trabalho Titulares, 35 Juizes Substitutos, 295 Analistas Judiciários, 85 Analistas Judiciários (especialidade execução de mandados), 148 (cento e quarenta e oito) Técnicos Judiciários e 35 cargos em comissão, nível CJ-3.*

O procedimento foi encaminhado ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário, que se manifestou no sentido de que “o TRT da 3ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto de lei sobre criação de cargos e funções que ora propõe” (INF25).

Considerando o disposto na Lei nº 11.364/2006, determinei a remessa dos autos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, para manifestação sobre o Anteprojeto de Lei oriundo do CSJT.

O Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ apresentou estudo técnico (Informação n.018/2011 – INF27), ressaltando a condição privilegiada do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em relação às médias da Justiça Federal e do Trabalho e concluindo pela desnecessidade de criação de novos cargos de magistrados e de cargos em comissão. No tocante à criação de cargos efetivos de servidor, concluiu pela necessidade de criação de 94 (noventa e quatro) cargos, considerando a média da Justiça do Trabalho.”

É o relatório.

VOTO

Valho-me, ainda, de trecho da narrativa do voto do Relator originário, porque elucidativo:

“O Conselho Superior da Justiça do Trabalho encaminha para manifestação deste Conselho Nacional de Justiça, proposta de anteprojeto de lei propondo a criação das seguintes varas e cargos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Processo TST-PA-48321-95.2010.5.80.0000):

<i>Solicitação de Varas do Trabalho</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Alfenas</i>	<i>1</i>
<i>Araguari</i>	<i>1</i>
<i>Belo Horizonte</i>	<i>10</i>
<i>Betim</i>	<i>02</i>
<i>Bom Despacho</i>	<i>01</i>
<i>Contagem</i>	<i>03</i>
<i>Divinópolis</i>	<i>01</i>
<i>Formiga</i>	<i>01</i>
<i>Itabira</i>	<i>01</i>
<i>Ituiutaba</i>	<i>01</i>
<i>Iturama</i>	<i>01</i>
<i>Juiz de Fora</i>	<i>02</i>
<i>Montes Claros</i>	<i>02</i>
<i>Nova Lima</i>	<i>01</i>
<i>Pouso Alegre</i>	<i>01</i>
<i>Sete Lagoas</i>	<i>01</i>
<i>Uberaba</i>	<i>02</i>
<i>Uberlândia</i>	<i>02</i>
<i>Viçosa</i>	<i>01</i>
<i>Total de Varas a serem criadas</i>	<i>35</i>

<i>Solicitação de cargos</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Juizes Titulares do Trabalho</i>	<i>35</i>
<i>Analista Judiciário</i>	<i>295</i>
<i>Analista Judiciário – Execução Mandados</i>	<i>85</i>
<i>Técnico Judiciário</i>	<i>148</i>
<i>Cargo em Comissão – CJ3</i>	<i>35</i>

A experiência de dois mandatos neste Conselho Nacional de Justiça autoriza-me a percepção de que este Conselho recebe uma safra anual de anteprojetos de lei para expansão da Justiça do Trabalho. Antes que os anteprojetos sejam definitivamente apreciados no Congresso Nacional, outros já tramitam no Tribunal Superior do Trabalho e neste CNJ. Verifica-se até mesmo a cumulação anteprojetos, em tramitação simultânea, para criação de cargos no mesmo Tribunal.

Destaco que tramitam neste Conselho dois outros procedimentos que tratam da criação de cargos no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. O PAM nº 0001902-32.2011.2.00.0000, de Relatoria da Conselheira Morgana Richa, trata da criação de 13 cargos de juiz de segundo grau, 403 cargos efetivos, 67 cargos em comissão, bem como 153 funções comissionadas no âmbito daquela Corte (PA – 48361-77.2010.5.00.0000). O PAM nº 1903-17.2011.2.00.0000, da Relatoria do Conselheiro Marcelo Neves, trata da criação de 96 (noventa e seis) cargos efetivos para a área de informática no âmbito daquela Corte, sendo 60 (sessenta) cargos de analista judiciário (35 na Especialidade de Análise de Sistemas de Informação e 25 na Especialidade de Suporte em Tecnologia da Informação) e 36 (trinta e seis) cargos de técnico judiciário (PA-663-41.2011.5.00.0000).

(...)

*Após análise das três propostas mencionadas, o **Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ** concluiu que o TRT da 3ª Região dispõe de margem de crescimento suficiente para suportar as despesas decorrentes do anteprojeto ora analisado, considerando a Resolução nº 26 deste Conselho que estabelece o limite de despesa com o pessoal da Justiça do Trabalho de 3,058979% da Receita Corrente Líquida da União- RCL. Destacou-se que “o impacto orçamentário anual do Anteprojeto de Lei, tal como apresentado pelo Tribunal, é de R\$ 84.211.132,95 (oitenta e quatro milhões, duzentos e onze mil, cento e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos)” (INF25).*

(...)

Como se vê, o parâmetro adotado pelo CSJT para a criação das 35 (trinta e cinco) novas varas e respectivos 35 (trinta e cinco) cargos de juízes titulares e 35 (trinta e cinco) cargos de juízes substitutos é o disposto na Lei nº 6.947/81 e na sua Resolução nº 63, de 28 de maio de 2010, que revogou a Resolução nº 53/2008, instituindo a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. A referida Resolução estabelece como padrão de criação de novas varas

nas localidades em que já existam Varas do Trabalho em 1.500 (mil e quinhentos) processos (artigo 9º, parágrafo único). É o que se verificou nas médias das cidades mencionadas”.

A **criação e a ampliação de varas e cargos na Justiça do Trabalho**, com todo o respeito aos entendimentos contrários, não segue a mesma lógica que vem sendo defendida, desde a apresentação de voto vista pelo eminente Min. **Gilson Dipp**, ex-Corregedor Nacional de Justiça, para o enxugamento da estrutura do Poder Judiciário ou para o estabelecimento de parametrização nesse sentido, partindo do exame de ramos do Judiciário, tais como o da Justiça Federal.

Com efeito, tratando-se da **Justiça Laboral**, não pode ter maior peso o quanto ela consome de orçamento, mas, inarredavelmente, o quanto **recebe de demanda** e o quanto **julga**, valorizando-se, assim, o próprio fim de qualquer ramo do Judiciário, que é a prestação jurisdicional eficiente e rápida. Note-se que, enquanto o maior volume de julgamento de feitos da Justiça Federal vem dos Juizados Especiais Federais (1.548.730, cfr. Relatório Justiça em Números 2010), analisando, pelo menos em tese, casos de menor complexidade, o da Justiça do Trabalho vem do seu primeiro grau de jurisdição (2.880.565, id. fonte citada), em que as reclamações revestem-se de **cumulação objetiva de pedidos**.

Esse é um aspecto de suma importância para se aquilatar a dimensão da atividade jurisdicional da **Justiça do Trabalho** em comparação com outros ramos do Judiciário brasileiro: a **cumulação objetiva de pedidos**, que é a tônica das ações trabalhistas, implica em que **uma ação não é uma, mas 5, 10 ou 15**, uma vez que os pedidos são todos cumulados quando o trabalhador vem a juízo: saldo de salários, horas extras, aviso prévio, depósitos do FGTS, férias, indenização por danos materiais e morais, auxílio-alimentação, adicional de insalubridade, adicional de transferência, adicional noturno, adicional de periculosidade, gratificação semestral, diferenças salariais pela repercussão de umas parcelas em outras, etc, etc, etc. E **cada um desses pedidos** supõe **discussão jurídica e fática**: se o ordenamento jurídico dá respaldo à pretensão e se o reclamante demonstrou que trabalhava nas condições que gerariam o direito, ou seja, em sobrejornada, sujeito a condições de risco ou insalubres, com assédio moral ou degradantes, etc, etc, etc.

Em outros ramos do Judiciário, como a **Justiça Federal**, **a cada a ação corresponde geralmente apenas um pedido**: discussão quanto à constitucionalidade, base de cálculo ou alíquota de um tributo, exigibilidade de determinado benefício previdenciário, cobrança ou discussão da base de cálculo de determinada contribuição previdenciária, etc. E, também na maioria dos casos, **o que se discute é apenas a tese jurídica**, a qual, uma vez definida, pode ser **reproduzida nas demais ações** sobre a mesma matéria.

Daí que, para a **Justiça Federal** e no âmbito do **Superior Tribunal de Justiça**, foi possível adotar, como fator redutor de processos e critério de seleção de recurso, a **Lei dos Recursos Repetitivos**, em que a solução dada a um pode ser aplicada a todos os que tratam do mesmo tema, inclusive pelas instâncias inferiores.

Tal expediente é **incompatível com o Processo do Trabalho**, uma vez que, em cada recurso, por serem veiculadas **diversas matérias diferentes**, a preparação das decisões chega a ser **artesanal**, comparada à **linha de produção da Justiça Federal**. Ou seja, pode haver questões pacificadas jurisprudencialmente, mas cada pedido supõe análise singular,

com ponderação das provas em 1ª e 2ª instâncias e apreciação, à luz dos permissivos do art. 896 da CLT, de cada pedido revisional em instância extraordinária.

Já defendemos a necessidade de que, em relação à **Justiça do Trabalho**, as **estatísticas** sejam aperfeiçoadas, para se registrar o **número de pedidos de cada ação**, de forma a se ter uma idéia mais precisa do labor desenvolvido para análise de cada feito trabalhista.

Portanto, **critérios estatísticos lineares** para ponderação quanto à necessidade de ampliação de todos os ramos do Judiciário **são inadmissíveis**, por nivelarem situações díspares e singulares.

Nesse sentido, o que se verificou, quanto à análise dos anteprojetos de lei para criação de cargos no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho, foi a **desconsideração**, por parte deste Conselho, desde exatamente um ano atrás, dos **critérios objetivos elencados na Resolução 63 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho** (especialmente o art. 9º, parágrafo único), critérios com **assento legal e específicos para a Justiça do Trabalho** (Lei 6.947/81, especialmente o art. 1º, parágrafo único, que estabelece em 1.500 processos novos por ano o acervo a justificar pedido de criação de Vara do Trabalho), sem que, no ano transcorrido desde então, se tivesse estudado, ponderado e analisado de forma aprofundada, critérios novos e objetivos, que levassem em conta **aspectos quantitativos e qualitativos** da prestação jurisdicional em cada ramo do Judiciário brasileiro.

Se os critérios não são mais aceitáveis – com o que não concordamos –, **mude-se a lei**, mas **enquanto vigente**, é o **parâmetro a ser observado**, sob pena de o CNJ se substituir ao legislador nessa matéria.

Os **critérios estatísticos lineares** trazidos pela ilustre Corregedora Nacional de Justiça, em estudo realizado de uma sessão para a outra, e **sem uma ponderação das circunstâncias específicas da Justiça do Trabalho** já referidas, **carecem de legitimidade e padecem de ilegalidade** para respaldar deliberação sobre a necessidade e conveniência de criação de cargos nessa Justiça Especializada, mormente quando utilizados para indeferir sumariamente os **pleitos já aprovados pelo CSJT, com abalizados pareceres técnicos**, especialmente os do impacto orçamentário e de respeito à lei de responsabilidade fiscal.

Assim, nesta assentada, o que se pode levar em consideração é apenas o **juízo de ponderação e razoabilidade** de cada proposta, segundo o **grau de necessidade inadiável de cada Tribunal**, em face do **crescimento da demanda processual**, da dificuldade de acesso da população em locais de **aumento da atividade econômica**, e **não comprometimento do desempenho satisfatório** da Justiça do Trabalho se não contar com a criação do mínimo de cargos que se fazem necessários.

Nessa toada, verifica-se, no concernente ao TRT da 3ª Região (MG), que o **status mínimo** para atender às exigências acima descritas, conforme **reconhecido pela própria Presidência do Tribunal** e com respaldo no parecer técnico da assessoria do CSJT, orbita na criação de **21**, das 35, **Varas do Trabalho** originariamente postuladas, distribuídas 1 em Alfenas, 1 em Araguari, 8 em Belo Horizonte, 1 em Betim, 1 em Contagem, 1 em Formiga, 1 em Itabira, 1 em Ituiutaba, 1 em Iturama, 1 em Pouso Alegre, 1 em Sete Lagoas, 1 em Uberaba, 1 em Uberlândia e 1 em Viçosa, com a respectiva criação de **21 cargos de Juiz do Trabalho, 177 cargos de Analista Judiciário, 51 cargos de Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados, 88 cargos de Técnico Judiciário e 21 cargos em comissão CJ-3.**

APROVA-SE PARCIALMENTE, pois, a proposta, nos termos da fundamentação.

Min. IVES GANDRA
Conselheiro